



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XV - Nº 292 - DE 12 a 24 de JANEIRO DE 2005 - R\$ 1,50

**8º Congresso do POR: Pelo combate antiimperialista em todo o mundo contra o intervencionismo econômico e militar; Oposição revolucionária ao governo do PT/Lula, impulsionar as lutas das massas por suas reivindicações e contra as reformas neoliberais; Combater a reforma educacional e defender o ensino público e gratuito para todos, único, laico e vinculado à produção social**

**De onde vem a estabilidade e instabilidade do governo do PT/Lula**

**Os últimos suspiros do Mercosul**

**A morte de 150 mil pelo maremoto não foi só pela "força da natureza" diante do homem**

**A tarefa do Congresso Nacional dos Trabalhadores na Educação: Combater a Reforma da Educação do governo do PT/Lula**

**Bolívia: Onde está a direção revolucionária?**

## Denúncias do capitalismo

# A morte de 150 mil não se deu só pela “força da natureza”

O maremoto no Oceano Índico foi apontado como uma das maiores catástrofes naturais. O ajuste de placas tectônicas do planeta na região causou tremores que levantaram as águas do mar, alteraram a geografia da região e até mexeram com o eixo de rotação da Terra. As ondas gigantes que atingiram as costas dos países vizinhos mataram dezenas de milhares de pessoas, e há ainda muitas desaparecidas. Se havia turistas de várias partes do mundo nos hotéis inundados, a maioria dos mortos foi de moradores desses países pobres.

A imprensa mundial logo apontou que o evento mostrava a força da natureza e a impotência dos homens. E fez campanha ao redor da suposta solidariedade criada ao redor das vítimas.

É evidente que não seria nem é possível evitar as ondas gigantes, conseqüências naturais do deslocamento de placas da crosta do planeta. Mas por que as populações das costas dos países afetados não foi avisada da catástrofe que se realizaria? Por que não houve medidas de evacuação da população? A tecnologia não é capaz de evitar que aconteça o maremoto, mas certamente é capaz de detectar seu acontecimento. Cerca de 17 minutos após o tremor no meio do Oceano, até no Brasil se registraram seus sinais. As ondas demoraram algumas horas para atingir as praias, mas nada se fez para evitar o desastre. Depois dele, se iniciou um debate sobre a implantação de um sistema de aviso de maremotos como existe nas costas de países desenvolvidos. O que quer dizer que muitas das mortes poderiam ter sido evitadas. São as leis do modo de produção capitalista que submetem a necessidade de conhecimento e preparação dessas regiões em relação a maremotos à falta de interesse econômico em fazê-lo.

Os países da região são nações semicoloniais, que há séculos sofrem com a dominação estrangeira, adquiriram sua independência formal, mas encontram-se submetidos política e economicamente ao imperialismo. Ocupam no mercado mundial a função de fontes de matéria-prima e importadores de capital. Suas frágeis economias dependem em boa medida do turismo, principalmente de europeus. As populações são mantidas na miséria e vendem sua força de trabalho a preços aviltantes. As burguesias nacionais, formadas a partir dos negócios e interesses da dominação do capital externo, são impotentes para alcançar a real independência nacional.

Seus governos, por isso, são condicionados pelos interesses de preservação das relações de opressão nacional e social. O saque de riquezas naturais não leva a nenhuma melhora das condições de vida da população local, ao contrário, impõe e generaliza a miséria. Países constituídos dessa maneira não podem realizar os investimentos necessários para prevenir catástrofes naturais como a do maremoto, que são uma ameaça decorrente de sua localização geográfica, à qual não podem escapar.

O imperialismo tem respondido ao ocorrido com esmolas. A morte de boa parte de populações das cidades afetadas, o desabrigo de ainda mais gente são respondidos com quantias irrisórias, que ficam ainda menores se as comparamos com os gastos militares de ocupação de países como o Iraque. Ou quando verificamos que as contribuições individuais superam as dos governos desses países. Por mais que se atormente com os discursos demagógicos de solidariedade burguesa, o que conta para o capitalista é a possibilidade de valorização ou não de seu capital. E os governos dos países imperialistas fazem as contas e vêem que a vida das populações desses países atrasados não reverterá em lucros futuros. Se há alguma ajuda que vem de países europeus, é porque houve muitas mortes de seus compatriotas nos hotéis de turismo na região, os quais contam com participação de capital europeu em sua administração.

A Índia recusou a ajuda imperialista. Seu governo anunciou que não tinha cabimento os países ricos explorarem a região por séculos e agora posarem de bonzinhos com esmolas. A burguesia indiana ainda tenta ampliar a influência na região, oferecendo ajuda aos países ainda mais pobres. Pretende fortalecer seu papel local, sem no entanto romper com os laços que a ligam ao imperialismo. Aproveita-se da catástrofe para isso.

Os povos oprimidos desses países sofrem agora de forma dobrada: as mortes, perdas, doenças, fome e desabrigo causadas pelo maremoto agravam as condições já precárias da vida das massas.

A luta pela emancipação nacional desses povos é a que projeta as massas para o enfrentamento ao imperialismo e seu domínio, que impõe travas a que possam se defender de catástrofes como essa e submete suas vidas à mais brutal opressão nacional e social. A luta antiimperialista e anticapitalista em cada país é a melhor forma de ajudar as populações dos países afetados pelo maremoto.

## De onde vem a estabilidade e instabilidade do governo do PT/Lula?

Lula pretende realizar mais uma reforma ministerial. Com ela, quer abrir espaço para estreitar as relações com partidos ou frações aliadas, como a criação de uma vaga no ministério para Roseana Sarney. A necessidade de aumentar a participação de frações burguesas aliadas ao governo decorre da maior divisão interburguesa, que tem arrastado setores para o campo da oposição burguesa (PSDB).

A maior divisão entre os grupos da burguesia ao redor do governo do PT/Lula é impulsionada pelas tendências da crise econômica e pela aplicação da política econômica ditada pelo imperialismo. De um lado, os agroexportadores, o capital financeiro, as oligarquias regionais favorecidas no orçamento e no governo sustentam o governo do PT/Lula e sobre ele exercem sua influência. De outro, os industriais do sudeste e voltados ao mercado interno reclamam das taxas de juros, altas nos impostos, demora na realização das reformas de destruição de direitos trabalhistas. Por cima desse conflito se posiciona o imperialismo, que se mostra satisfeito com o empenho do governo em relação aos compromissos firmados com o capital financeiro internacional e seus organismos.

Ainda que com essa divisão interburguesa ao redor do governo do PT/Lula, este preserva em muito sua estabilidade. O governo é fustigado pela disputa entre os capitalistas ao redor da política econômica, orçamentos e disputa eleitoral, mas não tem de enfrentar os movimentos de massa generalizados pelo país.

É verdade que podemos notar uma mudança da conduta de setores das massas em relação ao governo, do primeiro para o segundo ano de mandato. No primeiro ano, as expectativas criadas pelas promessas de um governo eleito que tinha um presidente saído dos movimentos sociais e um governo com vários ex-sindicalistas nos ministérios contribuiu para abafar as lutas pelas reivindicações. Os congressos sindicais e estudantis aprovaram apoio ao governo e suas reformas. Os sem-terra deram uma trégua em relação às ocupações. Mas suas expectativas se frustraram. O governo empunhou o neoliberalismo e a política econômica de FHC indo mais fundo no ataque aos direitos e no sustento do parasitismo financeiro. Manteve o arrocho ao funcionalismo e o salário mínimo de fome. Recuou nos assentamentos e nada fez quanto à repressão do latifúndio sobre os sem-terra.

Em 2004, os movimentos do funcionalismo e dos sem-terra voltaram a ampliar. As greves do funciona-

lismo se deram por todo o país, sempre combatendo um dos pontos essenciais da política econômica: o congelamento salarial. Só não alcançaram a unidade pelo corporativismo das direções sindicais, em grande medida comprometidas com o governo. Após vários meses de ascenso grevista, o funcionalismo reduziu o ímpeto de luta e hoje não está mais em ascenso.

Os sem-terra realizaram dois meses de ofensiva nas ocupações (abril e novembro), e têm aumentado a resistência aos latifundiários e seus bandos.

Mas o movimento operário ainda não se levantou. Houve um aumento da pressão da classe sobre os capitalistas, por causa do crescimento relativo na produção, que resultou em reajustes salariais superiores à inflação, o que não ocorria há anos. Mas não se realizaram campanhas salariais unificadas e de luta. A burocracia conseguiu aprofundar sua linha de acordos de redução de direitos com a patronal.

Sem ter de enfrentar de forma generalizada os movimentos sociais, o governo vai aplicando sua política e realizando suas reformas, a partir das negociações entre as frações burguesas em disputa, e sob o aval do imperialismo. As condições para a luta contra as medidas do governo, as quais estão em contradição com as necessidades imediatas das massas, se chocam com o controle burocrático das organizações de massa pelos reformistas e seus aliados, e com as ainda existentes ilusões das massas no governo do PT/Lula. Se já existem de um lado setores que começam a se mobilizar em choque contra o o governo, como já se viu na manifestação em Brasília contra as reformas, trata-se ainda de um deslocamento minoritário.

A tarefa dos revolucionários é a de se apoiar nas reivindicações das massas e na unificação de suas lutas, na organização de campanhas de mobilização contra as reformas do governo, na denúncia das medidas concretas de favorecimento da exploração e opressão e do não cumprimento das promessas de campanha, tudo isso para desenvolver o choque entre os oprimidos e o governo do PT/Lula. A luta antiimperialista e anticapitalista se liga à defesa da real independência das organizações de massa em relação ao governo, portanto o combate às direções burocráticas atreladas a ele. O desenvolvimento das tendências de choque das massas com o governo é dado pelas condições da crise mundial do capitalismo. E a construção do partido revolucionário é condição para impulsioná-las.

## Os arquivos da ditadura

A revelação de arquivos parcialmente destruídos na Base Aérea de Salvador, na Bahia, mostraram características dos organismos repressivos da ditadura militar, que sobreviveram a ela e chegaram a nossos dias.

A constatação da existência de fichas e dados elaborados em vários estados mostra que os organismos de repressão agiam de forma centralizada e organizados nacionalmente. Não se tratam de grupos alheios à hierarquia ou disciplina militares, mas de organismos mantidos e suportados pelas instituições estatais. A troca de grande quantidade de informações, catalogadas e sistematizadas, indica uma vasta fonte de dados, embasada em vários estados do país.

A existência de fichas datadas após o fim do regime militar comprova que os organismos repressivos foram preservados durante o chamado regime democrático. Arquivos abertos em 1989 e até em 1994 são evidência disso. Os grupos de informação e repressão foram mantidos e funcionaram com os mesmos mé-

todos e centralização nacionais. O que indica que a alta oficialidade os avaliza.

É provável que a destruição de parte do arquivo esteja relacionada à discussão acerca da abertura e divulgação dos segredos da ditadura militar, proposta por setores do governo do PT/Lula. A idéia do governo é aprovar uma abertura limitada dos arquivos (alguns permaneceriam secretos), condicionada ainda por um calendário que adie a divulgação parcial dos dados (anos e anos para ir divulgando os documentos), tudo de forma a anular as pressões pela apuração dos crimes da ditadura militar. A formulação do governo é a de abrir os arquivos para que os familiares das vítimas saibam do destino de seus mortos e possam enterrá-los, sem no entanto levar a qualquer punição aos responsáveis pelos assassinatos e torturas.

A preservação dos organismos repressivos mostra que a democracia burguesa é uma fachada para a ditadura de classe dos exploradores contra os explorados. Se houve uma mudança de regi-

me político da ditadura para o poder civil, que levou à restauração de certas liberdades democráticas banidas durante o regime de 1964, o aparato repressivo e de inteligência foram mantidos. Quando os oprimidos organizam suas lutas e manifestações, esses organismos repressivos ainda atuam, levantando informações sobre as lideranças e munificando a repressão.

A impotência do governo do PT/Lula em realizar a efetiva abertura de todos os arquivos da ditadura militar e punição dos responsáveis pelos assassinatos e torturas é consequência de seu caráter de classe burguês. Os exploradores e seu Estado não podem acabar com os organismos repressivos, por constituírem parte da essência da ditadura de classe: a preservação da opressão social através da força da repressão.

Os explorados julgarão e punirão de fato os crimes de classe da burguesia e de seus lacaios com sua própria luta, no processo da revolução social. Constituirão os tribunais populares, eleitos pelos

## A crise do Mercosul

A suspensão de importações de produtos brasileiros pela Argentina acabou com qualquer vestígio de livre comércio no Mercosul. A Argentina impôs cotas, cancelou contratos e estabeleceu mais e novos impostos aos produtos brasileiros, principalmente eletrodomésticos e calçados.

Desde o início do Mercosul, e até há três anos atrás, a Argentina tinha um saldo comercial positivo com o Brasil. Chegou a exportar 30% de sua produção. A realização de maior comércio entre os países do Mercosul favorecia principalmente o capital europeu, que utilizou os acordos alfandegários e facilidades bilaterais para ampliar sua participação no comércio e na produção sulamericanos. Mas a aplicação à risca dos ditames do FMI levou o país vizinho à insolvência em 2002. De lá para cá, o retrocesso em sua economia e a menor valorização do Brasil e o saldo comercial se inverteu.

As pressões do capital norte-americano contra o Mercosul, em favor da Alca e de acordos bilaterais, além de seu

poder sobre as economias dos países do continente, apoiadas em políticas monetárias dependentes do dólar, dissolveram qualquer possibilidade de desenvolvimento de um bloco do cone sul.

A Argentina busca pressionar o Brasil para que limite suas exportações. Faz jogo de cena com a pretensão do Brasil de integrar o Conselho de Segurança da ONU, como se ela tivesse alguma influência real nas decisões do organismo manejado pelo imperialismo. O Brasil procura apoio entre outros países do continente, prometendo que a participação no bloco aumentará o comércio regional e com isso impulsionará todas as economias. A verdade é que um comércio mais fácil entre os países favorecerá aquele de maior desenvolvimento das forças produtivas, no caso, o Brasil.

O fato é que o Mercosul faliu. Mostrou que não há possibilidade de realização de livre comércio entre os países semicoloniais sob o capitalismo na fase imperialista.

O imperialismo condiciona as econo-

mias dos países atrasados. Atualmente, a crise de superprodução obriga o capital internacional a ampliar o intervencionismo, eliminando vestígios de proteção alfandegária dos países semicoloniais e aumentando o protecionismo das economias dos países desenvolvidos.

Os EUA têm realizado acordos bilaterais com os países da América do Sul, impondo a Alca por partes. Rejeita o Mercosul como parâmetro de negociações por dois motivos: 1) não pretende abrir mão de seu protecionismo; 2) não quer ver os países da União Européia utilizando o bloco como meio de entrada no mercado ianque protegido, como ocorreu com o Mercosul em relação a Brasil e Argentina.

A integração entre os países do continente é uma necessidade que só pode se realizar sob a revolução proletária, que começa em cada país e se projeta internacionalmente. A unidade latino-americana nos Estados Unidos Socialistas da América Latina é um passo rumo à pátria universal socialista, um meio de ganhar força para projetar a revolução para

fora do continente e para enfrentar as pressões do imperialismo.

As massas não devem seguir as burguesias do continente em seus discursos integracionistas. Na verdade, os explo-

radores nativos só buscam tirar algumas vantagens dos países vizinhos, e estão todos unidos na submissão ao imperialismo. As bandeiras de luta antiimperialista e anticapitalista é que podem

avançar de verdade no sentido da independência nacional de cada país e da maior unidade e integração sem opressão no continente.

# **Manifesto da Corrente Proletária da Educação e do Partido Operário Revolucionário ao XXIX Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação**

## **Que a CNTE rompa com o governo do PT/Lula**

O Congresso anterior aprovou o apoio à candidatura de Lula. Significa que a direção majoritária da CNTE e correntes que defenderam a candidatura do PT têm responsabilidade pelo que vem fazendo o governo. Ao contrário de cumprir as promessas de fim da fome, criação de 10 milhões de novos empregos e atendimento da reivindicação camponesa de reforma agrária bem como definição de políticas públicas a serviço da maioria explorada, o governo do PT/Lula assumiu as diretrizes do capital financeiro, dos credores internacionais e dos monopólios. O Congresso deve aprovar uma resolução exigindo que o governo Lula cumpra suas promessas aos trabalhadores da cidade e do campo.

Um dos compromissos com o FMI oposto aos interesses do país foi o superávit primário para assegurar o pagamento das dívidas interna e externa. O governo do PT paga em dia a extraordinária quantia de mais de cem bilhões de reais em juros. Para isso, é necessário condicionar toda a ação do governo em obter recursos e cortar verbas sociais.

A primeira medida foi a de dar seqüência à Reforma da Previdência. Um ataque aos trabalhadores, particularmente aos servidores públicos. Em seguida, implantou a Reforma do Ensino Superior por meio do ProUni, que subsidia a rede privada. Manteve o veto de FHC ao Plano Na-

cional de Educação, que não passa de reformas ultra-limitadas e que admite a coexistência do ensino público com o particular. Reafirmou a decisão de FHC de retirar recursos da educação utilizando a DRU. Faz demagogia com o Fundeb e com o critério de cotas para o acesso à Universidade. A essência da política educacional do governo Lula é privatista. Não é preciso enfatizar que a Reforma Sindical em curso reforça a estatização dos sindicatos e a burocracia corrompida. A manutenção do salário mínimo de fome, reajustando alguns pontos acima da inflação, completa a fisionomia de um governo submetido ao grande capital e aos interesses gerais da burguesia. Frente à ofensiva militar do imperialismo norte-americano e aliados, o governo Lula não só foi incapaz de combatê-la como colaborou com ela assumindo a intervenção no Haiti.

O Congresso da CNTE tem o dever de romper com a política de apoio a esse governo. Deve rejeitar a tese de que agora é o momento de criar "um novo bloco social" para realizar a "transição do modelo neoliberal para um modelo de crescimento, distribuição de renda e radicalização da democracia". Essa formulação é uma máscara para manter o apoio da CNTE ao governo antinacional e antipopular e evitar a demonstração do conteúdo pró-imperialista da política econômica do governo PT/Lula. Com ela, será mantida a submissão da CNTE às decisões administrativas e às reformas neoliberais de Lula. Ao contrário, o Congresso

deve apoiar a resolução de ruptura com o governo antitrabalhador e um programa de luta. Trata-se do Congresso impor a independência e a democracia sindical frente à estatização burocrática da CNTE.

## **Combater a reforma neoliberal do governo PT/Lula**

É importante que o Congresso se posicione diante da essência da reforma do ensino. Caracteriza-se pelos seguintes aspectos: 1) é privatista; 2) mantém os baixos índices de aplicação de verbas; 3) subsidia os empresários da educação e as Igrejas; 4) reafirma o critério de avaliações externas, exigência do Banco Mundial; 5) dá continuidade à política de arrocho salarial.

Frente a isso, o Congresso deve rejeitar a tese de que a tarefa da CNTE é a de "participar dos fóruns de governo, com vistas a propor e disputar projetos de interesse da categoria e da classe trabalhadora". O que se coloca não é mobilizar os educadores para modificar a reforma do governo, mas mobilizar para derrubar a reforma privatista.

A direção petista e seus aliados da CNTE pretendem dar a idéia de que é possível alterar a diretriz mercantilista para a educação, apoiando em geral o governo e se opondo a alguns aspectos de sua política. Trata-se de uma posição demagógica. Com ela, procura-se evitar que as ilusões despertadas nos trabalhadores sejam superadas. Chama os trabalhadores a apoiar o governo com a idéia de modificar os pontos mais vi-

olentos da reforma educacional.

O Congresso da CNTE deve dizer: Não aceitamos a reforma privatista e pró-imperialista do governo PT/Lula.

Reivindicamos: *um único sistema de ensino público, gratuito, científico e vinculado à produção social. Estatização sem indenização da rede privada, controle da educação por aqueles que trabalham e estudam. Acesso universal em todos os níveis, pondo fim à discriminação de classe. Eliminação dos telensino, telecurso, ensino à distância, salas multisseriadas, progressão continuada, avaliações externas e toda legislação repressiva. Que nenhum jovem fique sem trabalho e sem estudo. Que a jornada de trabalho seja compatível com o seu desenvolvimento físico-metal. Elevação geral dos recursos para a educação. Um piso salarial de acordo com as necessidades dos trabalhadores em educação.*

É com esse programa que os trabalhadores da educação e a juventude defenderão o direito universal do ensino e contraporão à educação mercantilizada.

### **Exigir do governo Lula o rompimento com o imperialismo**

O governo está cumprindo o que prometeu, na Carta aos Brasileiros, ao capital internacional e ao governo FHC. Deu e dá continuidade aos acordos com o FMI e aos contratos com os banqueiros. O pagamento da dívida externa e sua amortização provocam um rombo na economia do país. As conseqüências do saque imperialista e do favorecimento aos poderosos grupos internos recaem sobre os trabalhadores. Quem paga a sangria é a classe operária, camponeses pobres e a classe média arruinada.

O Congresso deve se colocar pelo não pagamento da dívida externa,

rompimento de todos os acordos e contratos com o imperialismo e sua publicação para conhecimento de toda a população. É preciso que as massas exploradas saibam o quanto os governos e a burguesia brasileira sacrificam a economia do Brasil e a vida dos que trabalham para garantir os lucros dos banqueiros e dos monopólios industriais. Para isso, é importante a clareza das reivindicações antiimperialistas.

O Congresso tem de rejeitar o palavreado reformista de "converter a dívida externa em investimento nas áreas sociais". Se se pretende de fato que isso aconteça, então é preciso exigir que o governo Lula rompa integralmente com o imperialismo. É com a mobilização da maioria explorada, sob a direção da classe operária, que se travará a luta antiimperialista e contraporá às posições entreguistas do governo.

A política externa de apoiar a fração imperialista européia contra a forma de intervenção dos Estados Unidos/Inglaterra no Iraque demonstra que o governo não tem independência em relação às frações do imperialismo. O fato de ter aceito a intervenção franco-americana no Haiti expõe o seu seguidismo. Nesse caso, as frações imperialistas se uniram para defender seus interesses no pobre Haiti.

O Congresso deve denunciar a participação militar do Brasil no Haiti como colaboração com o imperialismo na opressão nacional. O Congresso deve aprovar uma resolução exigindo imediata retirada das tropas do Haiti e condenação do intervencionismo opressor.

No mesmo sentido, o Congresso tem de rejeitar a participação do Brasil na constituição da Alca, que atende aos objetivos dos Estados Unidos e amplia o seu domínio no continen-

te. Cabe ao Congresso aprovar a reivindicação de rompimento do país com a Alca.

Há que se posicionar pela defesa da autodeterminação dos povos. É com essa bandeira que o movimento dos trabalhadores e da juventude combaterá toda forma de opressão nacional e o expansionismo imperialista. Para que o Congresso assuma a defesa da autodeterminação como um instrumento de combate ao imperialismo, é preciso que denuncie a quebra de soberania do país pelo governo Lula e exija o rompimento com as diretrizes do capital internacional.

### **A Corrente Proletária na Educação e o Partido Operário Revolucionário (POR)**

*Chamam o Congresso a rejeitar as teses de apoio ao governo do PT/Lula, aquelas que propõem o rompimento com a CUT, a aprovar resoluções de combate às reformas antinacionais e antipopulares, de enfrentamento com o imperialismo e exigir que o governo Lula cumpra imediatamente as suas promessas eleitorais feitas aos trabalhadores da cidade e do campo.*

*Chamam o Congresso a defender a independência da CUT, CNTE, Sindicatos, UNE/UBES frente ao governo do PT/Lula.*

*Chamam o Congresso a rejeitar os métodos que levam à submissão ao Parlamento, ao governo e demais instituições da burguesia.*

*Chamam o Congresso a aprovar um plano de reivindicações e medidas de ação direta.*

*Chamam o Congresso a assumir a tarefa de unir o movimento dos educadores ao movimento operário, camponês e estudantis. Unidade essa que deve constituir uma frente única antiimperialista, sob uma plataforma de reivindicações dos explorados e sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.*

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

## **Eis o que a burocracia sindical - apêndice da administração municipal em Porto Velho - impõe como gestão democrática nas escolas municipais**

Mais uma vez, as eleições para diretores de escolas da rede municipal de Porto Velho, chamada "Gestão Democrática" e imposta de cima para baixo com colaboração da burocracia sindical, retoma neste início de mês de dezembro. A farsa se repete, pois não tem nada de democrática, a começar pelo edital, que é elaborado por uma comissão composta por funcionários da secretaria municipal de educação e um membro da diretoria do SINTERO, que é enviado para as escolas quase às vésperas do pleito eleitoral e, além do mais, as eleições acontecem com chapa única e em conformidade com os interesses dos dominantes, que depois empossam como diretor geral aqueles que preenchem o perfil de subserviência aos projetos de destruição do ensino público e de superexploração sobre os trabalhadores.

No referido edital, é exigido que a escola constitua uma comissão eleitoral para dirigir o processo através de assembléia com a comunidade escolar. Só que essa comissão é organizada costumeiramente sob o domínio de uma comissão geral da secretaria para acompanhar os passos das comissões das escolas. E ainda, neste mesmo edital, exige que se componha chapa para concorrerem às eleições da escola, mas no momento da nomeação é considerada a chapa que tiver mais voto e esta será encaminhada para o prefeito nomear diretor e vice-diretor de acordo com a tipologia da escola.

Só para se ter uma idéia de que a democracia no capitalismo é uma farsa para en-

ganar as maiorias e garantir a hegemonia da burguesia para continuar dominando e massacrando.

Nós, professores, funcionários, alunos e pais das escolas municipais de Porto Velho - capital do estado de Rondônia, devemos rechaçar esse modelo de eleição que é imposta de cima para baixo e construirmos uma verdadeira "Gestão Democrática" pautada na democracia operária onde todos os pais, alunos, professores e funcionários possam participar de toda elaboração e implementação deste processo, levando em consideração as particularidades de cada escola e a vontade da comunidade. Aí sim, poderemos está contribuindo para a consolidação de uma verdadeira gestão democrática, que será fruto da construção do socialismo para estabelecer a sociedade sem exploradores e sem explorados.

Em defesa da escola pública e gratuita, laica e vinculada à produção social: abaixo a farsa das gestões democráticas das escolas municipais de Porto Velho

A gestão democrática das escolas, decorrentes de eleições diretas para diretores, sempre foi uma reivindicação nacional dos trabalhadores da educação. Hoje serve aos oportunistas eleitores de toda espécie como forma de manobrar as maiorias oprimidas que precisam da escola pública com o fim de mascarar a destruição do ensino público e gratuito em todos os níveis desde o fundamental até o superior.

Professores, alunos, funcionários e pais, precisam lutar em defesa da constru-

ção da escola pública, laica e científica, munidos com o programa da classe operária e tal luta contempla a organização de gestões em que todos os segmentos das escolas compartilham da administração financeira e pedagógica independente de toda ingerência do Estado, a este cabendo apenas a liberação de recursos, que será determinado por alunos, professores, e funcionários e pais de acordo com as necessidades de implementação do projeto pedagógico determinado por aqueles que trabalham na escola e dela se utilizam.

Os recursos que sustentam a escola pública são recursos que saíram dos bolsos dos trabalhadores, graças à profunda exploração do trabalho e o desemprego de milhares em decorrência da profunda concentração de rendas nas mãos de poucos. Os trabalhadores da educação e de outros segmentos de luta, precisam compreender que expropriar a burguesia significa retirar de suas mãos o que ele já roubou dos trabalhadores ao longo de sua existência. Cobrar do Estado Capitalista recursos suficientes para atender plenamente às necessidades pedagógicas da escola é cobrar parte da restituição daquilo que já foi levado dos bolsos dos trabalhadores. Que aos pais, professores, alunos e funcionários assumam o pleno direito da administração financeira e pedagógica da escola e que estes determinem como essa administração democrática pode se estabelecer gerenciando recurso, determinando currículo e seu vínculo com o sistema produtivo.

## **Eleições do DCE: A busca de maturidade na organização das lutas estudantis da UNIR e o oportunismo dos reformistas e estalinistas**

A eleição do DCE da UNIR aconteceu no mês de novembro último, com duas chapas disputando a direção da entidade.

Na composição da chapa intitulada de "Vamos Unir", tinha militantes do PT e da Juventude Socialista (UJS - PCdoB). Socialistas só no nome, mas as práticas são pró-burguesas, são apoiadores dos projetos de reforma universitária do governo Lula/FMI e Banco Mundial. A chapa intitulada "Ação e Realização", que é composta por militantes independentes (que não

se intitulam de nenhuma corrente de opinião), militantes da Consulta Popular e um militante da Corrente Proletária Estudantil da UNIR, orientada pelo Partido Operário Revolucionário - POR. Essa eleição foi turbulenta em virtude das práticas despolitizadas de boa parte dos componentes da chapa "Vamos Unir", motivada pelo interesse político eleitoreiro de aparelhar-se ganhando a qualquer custo a direção do DCE e, por isso, tentaram de todas as formas prejudicar o processo, das quais pode-

remos citar as seguintes:

1) Começaram não cumprindo o prazo para entrega dos documentos para a comissão eleitoral;

2) Depois exigiram para que as chapas não fossem cadastradas por número e sim pelo nome na cédula de votação; a eleição aconteceria no dia 22/11 em todos os Campus, mas só aconteceu nos de Porto Velho e Guajará-Mirim; nos demais Campus, não aconteceu devido um bloqueio de trabalhadores rurais na BR 364 sentido Cuiabá,

inviabilizando a chegada das urnas e cédulas de votação.

3) Após o término da votação em Porto Velho, os membros da chapa composta pela UJS-PC do B e PT, exigem da comissão eleitoral que realizem a contagem dos votos só de Porto Velho, enquanto a outra chapa reivindica a contagem geral, ou seja, que os votos fossem apurados conjuntamente quando acontecesse a eleição nos demais Campus. A compreensão partia do princípio que o resultado nas urnas de Porto Velho, iriam influenciar aqueles que ainda não haviam votado no interior do Estado. Esta última posição foi acatada pela comissão eleitoral. Mas a chapa "Vamos Unir" entra com pedido de anulação da eleição, o que foi acatado pela comissão eleitoral.

## **Fortaleza: Governo Lúcio pretende fechar 115 escolas, Juraci aumenta a passagem de ônibus e deixa professores (aditivos) sem salários e sem vales! É preciso unificar as lutas contra os governos e seus ataques.**

Desde muito que os governos, tanto do PSDB (FHC, Tasso) como do PMDB (Juraci) - agora também do PT (Lula) - em virtude da crise capitalista que tem levado os países pobres a verdadeiras catástrofes financeiras e atinge todas as esferas (federal, estadual e municipal) vêm aplicando planos econômicos (a exemplo do plano Real), visando a adaptar o país à crise mundial capitalista. Nesse sentido, os governadores e prefeitos já vinham efetuando cortes nos gastos com educação, saúde e arrochando salários do funcionalismo público etc.

Em novembro, o governo do Estado anunciou o reordenamento de 115 escolas em todo o Ceará, sendo que 21 serão completamente fechadas. Em 1º de dezembro, os empresários de ônibus/Prefeitura aumentaram a passagem, que pulou de R\$ 1,50 para R\$ 1,60! Além disso os professores do município, com aditivos, estão desde agosto sem receber dinheiro e, para completar, não há previsão de repasse dos vales-transportes. Todo esse quadro mostra a que ponto chegou o rombo no tesouro municipal e estadual. A ordem é economizar para pagar as monumentais dívidas contraídas às expensas da população trabalhadora. Os governos Lúcio e Juraci querem que os trabalhadores e estudantes paguem a conta da quebra financeira do Estado e sustentem o parasitismo dos capitalistas em crise.

No estado do Ceará, na gestão do governador Tasso Jereissati, foi municipali-

A eleição foi finalmente anulada e transferida para o dia 24/11, momento em que, todos os Campus já haviam se organizado para realizar o pleito. Só que, quando os membros da chapa "Vamos Unir" perceberam que tinham perdido nas cidades de Guajará-Mirim, Rolim de Moura e Cacoal, dando vitória para a chapa "Ação e Realização", que obteve um total de 927 votos e "Vamos Unir" obteve 816, configurando uma diferença de 111 votos quanto ao rompendo mais uma vez com o continuísmo dos conciliadores.

Isso fez com que os integrantes da chapa "Vamos Unir" entrassem em desespero e, depois da posse da chapa vitoriosa, buscaram valer-se do amadorismo da juventude estudantil que compôs a comissão

eleitoral (ela se utilizou de caixa de sapato lacrada como urna na cidade de Guajará-Mirim, pelo fato de ter uma turma de acadêmicos de Pedagogia, cujas aulas funcionam numa escola estadual, portanto fora do Campus Universitário), e alegando tais fatos se valerem dos tribunais burgueses pedindo anulação do pleito no Campus de Guajará Mirim.

Os estudantes devem rechaçar a conduta do estalinismo aliado com o petismo, que buscou a justiça burguesa para interferir numa disputa interna ao movimento estudantil. Isso quebra a independência política e organizativa do movimento e abre brecha para que as instituições da burguesia interfiram nas organizações e no interior do movimento.

zada parte da rede estadual de ensino, basicamente, no interior. Como também proliferaram os famigerados contratos temporários. Ao invés de realizar concurso público, ou mesmo quando da existência de concursados, transformou-os em temporários, arrochou os salários dos servidores públicos e precarizou as condições de serviços internos das escolas (secretaria, pessoal da limpeza etc). Cortou os recursos para manutenção das escolas e reformulou o currículo do ensino médio no sentido de reduzir o número de professores nessa modalidade de ensino. Como também criou o teleensino (Ensino Fundamental) e implantou o Tempo de Avançar (TAF/Fundamental e TAM/Médio) na rede estadual de ensino, onde só se necessita de um professor por sala de aula. Todas essas medidas apoiadas na LDB de lei nº 9.394/96.

Como podemos perceber, se trata da ofensiva do sistema capitalista contra os serviços mais próximos da população. No entanto, todos esses mecanismos que foram utilizados no governo Tasso vêm no intuito de diminuir os custos com a educação estadual e expulsar o mais rápido possível os alunos da rede de ensino, para manter rigorosamente em dia o pagamento das dívidas interna e externa ao grande capital.

No início do semestre letivo de 2004, as escolas estaduais já estavam de "pires na mão, com ventiladores e cadeiras quebradas, sem material de expediente e didático, com

atraso de vales transportes etc. Destaca-se aí a não efetivação de todos os concursados, pois, do concurso realizado em 2003, das 6.484 vagas ofertadas e dos 5.185 aprovados, apenas 2.774 professores foram convocados".

A falência do Estado já vinha sendo anunciada com a desintegração da educação pública cearense com implementação de tais planos e projetos já mencionado a cima. No decorrer do ano as escolas vinham sofrendo com falta d'água, energia e telefones cortados. O governador Lúcio Alcântara, ao mesmo tempo, anunciava o fechamento da escola de Ensino Fundamental Paulo Elpidio no Jardim Jatobá, em setembro, com a justificativa enganosa de que o prédio estava condenado e oferecia riscos aos alunos.

A municipalização e fechamento das escolas chamado, pela Secretária de Educação, de reordenamento, expressa a desagregação da rede estadual de ensino, ou seja, não é nada mais nada menos que o mascaramento para as demissões de professores e funcionários das escolas e aumento da superexploração dos trabalhadores em educação. Trata-se apenas da ponta do Iceberg e não vai parar por aí, pois corresponde exatamente as diretrizes do governo estadual para a educação, isto é, plano político da SEDUC (escola melhor, vida melhor-2003/2006).

O governo Lula é responsável também, por essa situação de desintegração da edu-



cação do Estado. Nesse sentido, a União deixou de repassar os recursos do Fundef à rede estadual de ensino aprofundando um déficit atual que já passa de **R\$ 450 milhões!** (*Diário do Nordeste*, 26/11/04).

Agora, a Secretária de Educação do estado do Ceará (Sofia Lerche) anunciou que o governo estadual vai fechar **21** escolas, municipalizar **84** escolas (sendo entregues **48** diretamente aos municípios e outras **36** em regime de co-gestão estado/município). Essa medida vai atingir **115** das **782** escolas da rede estadual de ensino existente hoje, remanejar **955** professores efetivos e **115** funcionários das escolas, e **16** mil alunos das **115** escolas. (*Diário do Nordeste*, 25/11/04).

O governo pretende, com essa mudança em **115** escolas públicas em 2005, que atinge **16** mil alunos no Ceará, economizar, referente ao custo aluno, **R\$ 8,9 milhões** com os alunos de 1ª a 4ª série, de **R\$ 537,71**, e de 5ª a 8ª, **R\$ 564,60**. Como também, reduzir os gastos com pagamento de **R\$ 21,2 milhões** com os professores e servidores efetivos, **R\$ 608,8 mil** com projeto de manutenção das escolas e **R\$ 6,3 milhões** com o pagamento de servidores, terceirizados e professores temporários, cargos comissionados, água, luz, telefone das **115** escolas. (Idem).

Publicamos manifesto dos estudantes que reivindicam o direito de matrícula na PUC sem ter de pagar a taxa exigida. São estudantes que participaram dos cursinhos populares e não têm como pagar os estudos.

## **CARTA ENTREGUE À VICE-REITORIA\***

Os cursinhos populares são um reflexo das contradições de nosso sistema educacional. Isso acontece, pois, após passar cerca de onze anos na escola pública, contando o ensino fundamental e médio, os estudantes são obrigados a prestar o vestibular para ingressar em uma universidade. O processo seletivo serve como um funil e entra em choque com o direito à educação para todos e em todos os níveis. Aquele que vem de uma escola deficitária entra nas piores condições na "disputa" por uma vaga no ensino superior.

Cada vez mais destruída, a escola apresenta um desmantelamento nas condições de aprendizado que se caracteriza pela falta de espaço físico adequado, salas superlotadas, faltam livros e materiais didáticos, muitos professores recebem um salário de miséria, alunos com uma renda familiar baixa, o índice de violência é grande etc. Mas é crescente o número de alunos de baixa renda que conclui o ensino médio e quer pres-

No CREDE 21 (centro regional de desenvolvimento da educação) em Fortaleza onde há **212** escolas, **16** escolas são atingidas, assim sendo **10** escolas serão fechadas e **6** municipalizadas, onde estudam **6.115** estudantes. No interior, são **99** escolas afetadas, das quais **11** serão fechadas. (*Jornal O Povo*, 25/11/04)

A maioria dos estudantes que mora nos bairros operários não conseguem vaga na escola. Com fechamento e a municipalização das escolas, ficará mais difícil arrumar uma escola para estudar. E, além disso, a eliminação do emprego dos funcionários terceirizados e professores temporários que são pais de famílias.

A velha pelega direção da Apeoc, que sempre colaborou com o governo estadual no processo inicial da municipalização, com os contratos temporários, carro chefe na destruição das mobilizações e greves dos professores na rede estadual de ensino, agora faz pressão as instituições burguesas. No entanto, não será com métodos distracionistas (pressão parlamentar, justiça etc) como querem Sindiute e Apeoc, que iremos colocar abaixo essa posição do governo estadual.

Nós da *Corrente Proletária na Educação* (POR), propomos para barrar essa ofensiva do governo estadual, que os professores

exijam dos sindicatos (Apeoc e Sindiute) convocação imediata de uma assembléia unificada já, e formação de um comando democrático (professores, estudantes e movimentos sociais) para organizar a resistência e um plano de lutas e manifestações de ruas em conjunto, para derrotar essas medidas dos governos Lúcio, Juraci e Lula. Pois não dá mais para a categoria ficar dividida entre os sindicatos, enquanto os governos federal, estadual e municipal estão unidos para atacar os trabalhadores.

\* Abaixo o governo Lúcio e Juraci! Nenhum apoio ao governo Lula!

\* Abaixo o aumento da passagem de ônibus!

\* Passe livre para estudantes e desempregados!

\* Em emprego para toda juventude! De acordo com sua capacidade física e mental! Nenhum jovem fora da escola e da produção social!

\* Abaixo a municipalização do ensino e o fechamento das escolas!

\* Assembléia unificada dos sindicatos (Apeoc e Sindiute) já e unidade na luta contra os governos e rumo a unificação pela base dos sindicatos!

\* Independência de classe e dos sindicatos (CUT, Apeoc e Sindiute) aos governos Juraci, Lúcio e Lula!

tar o vestibular. No entanto, não tendo condições de pagar os chamados cursinhos de mercado, procuram os alternativos. Assim, fica claro que os cursinhos populares são fruto dessas contradições e atenderão na grande maioria os alunos de baixa renda oriundos de uma escola pública sucateada.

São freqüentes nos bairros da periferia os cursinhos de caráter popular e comunitário que atendem um grande número de alunos que concluem o ensino médio e querem ir para o ensino superior, mas se chocam com o "funil do vestibular". Por isso, os cursinhos surgem como alternativa para muitos no sonho de cursar um grau superior. Porém, somente compreendendo que é produto da contradição entre o direito à educação e o vestibular, com a agravante do sucateamento da educação, que os cursinhos poderão lutar pelo acesso e democratização do ensino superior que se choca com o sistema capitalista. Essa luta vai ao encontro com a luta pelo fim do vestibular e pela universidade pú-

blica e gratuita para todos. Lutamos pelo direito ao ensino superior a todos e não apenas para uma camada da classe média e da burguesia.

Nessa perspectiva, a partir de muita discussão e com uma grande procura de alunos de cursinhos de diversas regiões, criamos uma comissão na PUC-SP para lutar pela matrícula e manutenção desses estudantes na universidade. Sabemos como é difícil para o aluno de baixa renda efetuar sua matrícula e se manter nessa universidade, pois não tem condições econômicas para arcar com o valor cobrado. Por isso, através dessa carta aberta entregue à vice-reitoria, pedimos a **ISENÇÃO DA TAXA DE MATRÍCULA E A CONCESSÃO DE BOLSAS DOAÇÃO A ESSES ESTUDANTES.**

\*OBS.: Essa carta foi entregue à vice-reitoria em reunião com os estudantes inadimplentes e uma comissão dos cursinhos no dia 21 de dezembro de 2004.

## Principais pontos do estudo sobre a história da classe operária no Brasil

O POR tem realizado nos últimos anos um estudo sobre a história do movimento operário no Brasil. Com um encontro mensal e baseado em estudo em grupo e debate em plenária, tendo em cada qual um período histórico determinado, concluímos uma trajetória que foi de meados do século 19 até a atualidade. O texto abaixo é o resumo do último encontro, de síntese das discussões.

1. A formação da classe operária no Brasil, resultado do aparecimento das primeiras fábricas, ocorreu a partir do final do século XIX, quando o capitalismo das potências já entrava em sua fase imperialista. Fase esta caracterizada pelo domínio do capital financeiro e pela agudização da contradição entre a potencialidade alcançada das forças produtivas e as relações monopolistas de apropriação e distribuição de riquezas, gerando superprodução, destruição de parte dessas forças produtivas, aumento da opressão nacional sobre os países semicoloniais e guerras comerciais interimperialistas. Trata-se do período de desagregação do regime econômico capitalista e a sua sobrevivência só pode ocorrer por meio de métodos violentos sobre a maioria das nações e da população. Portanto, um sistema econômico e social historicamente esgotado. Esgotado pela impossibilidade de erradicar a fome, o desemprego e a brutal exploração sobre as nações mais atrasadas. A constituição do proletariado brasileiro se deu pouco antes da 1ª Guerra Mundial e no momento em que o proletariado mundial vivenciava a primeira revolução socialista vitoriosa, na Rússia. O que evidenciou o período como a época guerras e revoluções.

2. O capitalismo foi imposto ao Brasil, transformando-o em região submetida aos interesses da exploração e acumulação de riquezas por parte das potências europeias. A estrutura econômica agro-exportadora, baseada na mão-de-obra escrava, determinou um desenvolvimento lento das forças produtivas internas. A criação de manufaturas, fase pré-industrial, era limitada pela legislação das metrópoles capitalistas, que usavam as colônias como fonte de matéria-prima agrícola/mineral e escoadouro de seus manufaturados. A desintegração do sistema colonial se processou somente quando o capitalismo necessitava do fim dos monopólios coloniais para expandir a venda de produtos industrializados. A substituição da exploração

escravista pelo assalariamento foi imposição das potências e condição para o surgimento das primeiras fábricas, na região sudeste, fruto do capital acumulado pelas exportações do café e dos empréstimos obtidos junto ao capital inglês. De colônia à semicolônia, o Brasil carregou a herança da submissão e do atraso econômico. O desenvolvimento desigual da economia e os desequilíbrios regionais, alicerçados na condição colonial/semicolonial, resultou num processo lento e concentrado de industrialização, dando um salto mais significativo somente na segunda metade do século XX.

3. O proletariado brasileiro, que teve suas raízes no escravismo colonial e na imigração, foi mostrando seu instinto de classe desde sua origem. As lutas instintivas contra a jornada de trabalho, o salário, os maus-tratos e pela regulamentação do trabalho das mulheres e crianças foram capitaneadas pelo anarquismo, experiência trazida pelos imigrantes europeus. As primeiras formas de organização da classe operária (associações de ajuda e assistência mútua) foram embriões dos sindicatos. Estes, criados no início do século XX, foram os instrumentos de organização e da luta do proletariado. Independentes do governo, que não reconhecia sua existência, eram sustentados pela contribuição dos trabalhadores. A influência do anarquismo, caracterizado como anarco-sindicalismo, que tinha como essência os sindicatos como instrumentos para combater o capitalismo e erguer uma sociedade igualitária por meio da ação direta, retardou o surgimento do partido da classe operária. E, ao negar o partido, não compreendiam o papel dos sindicatos como auxiliares da revolução proletária. A experiência com o anarquismo, que já estava esgotado nas potências, teve curta duração no Brasil. A vitória da Revolução Russa, outubro de 1917, colocou a necessidade do partido.

4. A criação do Partido Comunista se

deu em 1922. Trazia no seu interior os problemas do anarquismo e não se forjou no programa do marxismo-leninismo. As idéias programáticas do PCB eram as de que a revolução brasileira se daria em duas etapas. A primeira era uma espécie de "terceira revolta", continuidade dos movimentos tenentistas, que ocorreram de 1922 a 1924. A segunda seria da revolução socialista. O que pressupunha o apoio à fração burguesa nacional industrializante. As teses do PCB, que caracterizavam incorretamente o Brasil como um país feudal, determinaram a revolução democrático-burguesa como necessária para o desenvolvimento do capitalismo, consequentemente a solução das tarefas democráticas, e para a solidificação de uma futura revolução socialista. Apoiavam-se no falso argumento de que existia no Brasil uma burguesia progressista capaz de impulsionar a luta antifeudal e antiimperialista. O apoio a essa fração burguesa pelo proletariado e campesinato permitiria derrotar as demais frações do capital, comprometidas com o latifúndio e com o imperialismo, em especial o norte-americano. Portanto, colocava a classe operária e a camponesa na dependência de um setor da burguesia nacional. Com isso, a história do PCB foi a de substituição da luta e independência de classe pela conciliação de classe. O viés mais esquerdista, como o de 1935, que chegou a tomar o PCB, não eliminou a essência de seu programa nacionalista burguês. Com o fracasso do nacionalismo, por imposição de planos golpistas pelo imperialismo, diretrizes do grande capital e eliminação de parcela da vanguarda, enterrou-se definitivamente a tese da revolução democrático-burguesa. A cisão do PCB, que originou o PCDoB, nos inícios dos anos 60, não se deu em função da estratégia da revolução democrático-burguesa. O aparecimento de dezenas de grupos foquistas tiveram existência curta não só pela brutal repressão mas também pela inviabilidade de suas teses.

5. A classe operária, sob a direção do PCB, experimentou governos com características nacionalistas. Getúlio Vargas, que procurou fazer um governo de acomodação da oligarquia latifundiária e da nascente burguesia industrial, favorecido pela conjuntura mundial do capitalismo, pôde expandir a indústria nacional. O crescimento e a concentração do proletariado e a pressão exercida pelas greves em torno de reivindicações elementares obrigaram o governo a estatizar os sindicatos por meio da legislação trabalhista, do funcionamento dos organismos operários e do disciplinamento das greves e outras manifestações de massa. O crescimento eleitoral do PTB e sua influência junto à classe operária permitiu a experiência com o governo nacionalista de João Goulart. O nacionalismo brasileiro não impediu a penetração do capital multinacional, que ganhou corpo na década de 50 com Juscelino Kubistchek. Os interesses dos monopólios agiam por cima do Estado e se tornavam a força dominante da política econômica, o que exigia a eliminação de traços nacionalistas da política burguesa nacional. A radicalização dos movimentos, em especial das Ligas Camponesas, pelas reivindicações democráticas e a pressão destes sobre o governo, obrigou o imperialismo a gestar o golpe e preparar as condições para a ditadura militar. O movimento operário e camponês, dirigido pelo PCB, PTB, não pôde esboçar uma resistência de massa ao golpe de 1964, que extinguiu a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e desfechou a repressão sobre suas direções. A classe operária e os camponeses pobres, que travaram lutas heróicas contra a burguesia, não puderam contar com o partido revolucionário, ao contrário, foram arrastados por detrás do nacionalismo burguês, um dos elementos da permanência de mais de vinte anos de ditadura militar.

6. As lutas operárias até finais de 60 estavam confinadas no interior das fábricas e tinham como essência o combate ao arrocho salarial, ao desemprego e a elevação do custo de vida. Os decretos dos governos militares contra as greves e medidas antioperárias potenciaram a resistência do proletariado e movimento estudantil, em 1968. A greve de Contagem (MG) e da Cobrasma (Osasco-SP) constituíram o primeiro confronto de classe contra a política econômica e a intervenção militar nos sin-

dicatos. O movimento estudantil retoma as grandes manifestações contra a ditadura militar. A violenta repressão e a imposição do AI-5 foram instrumentos para conter a generalização das lutas, que ameaçavam a ditadura militar. A classe operária só retoma as greves massivas no final da década 70, após o fracasso do "milagre brasileiro", crescimento econômico com aumento do endividamento externo. O imperialismo não via outra alternativa senão preparar as condições do Brasil para a substituição, pela via pacífica, do regime militar pela democracia representativa. O crescimento eleitoral do partido de oposição burguesa (MDB) nos governos estaduais e a campanha nacional em torno das eleições diretas, que envolvia todo movimento social, desembocou na eleição de Tancredo Neves pela via do Colégio eleitoral. Saída encontrada pela burguesia e pelo imperialismo para a transição do regime militar para a democracia burguesa.

7. As greves do ABC no final dos anos 70 e início dos 80 potenciaram a classe operária e possibilitaram a criação de organismos sindicais contrapostos ao sindicalismo dos interventores estatais. O nascimento da CUT (1983) e o aparecimento do Partido dos Trabalhadores (1979) foram resultantes da luta sindical, da reformulação partidária e da crise do regime militar. O PT se colocou pela estratégia do governo democrático-popular. Diferentemente do PCB, que defendia a revolução por etapas, o PT não formulou a necessidade da revolução. Foi criado para ser um partido eleitoral que preconizava democratizar o Estado burguês e, com isso, obter reformas em favor dos trabalhadores. Da mesma forma que o PCB, o PT considerava uma fração da burguesia como progressista, o que possibilitaria alianças eleitorais para desbancar o que denominava como fração burguesa conservadora e dominada pelas oligarquias. O lugar do proletariado e demais explorados era o de modificar a correlação de forças no interior do Estado, o que pressupunha a eleição de candidaturas petistas ou de aliancistas. Em pouco tempo, o PT combateu a luta de classe e passou a ser abertamente defensor da ordem capitalista. A evolução político-eleitoral e as experiências na administração das esferas estatais revelaram o PT como partido de sustentação do regime econômico em decomposição e instrumento do imperia-

lismo. Os organismos sindicais dirigidos pelo PT foram colocados a serviço da política burguesa, dos acordos de favorecimento da exploração patronal e do sindicalismo propositivo, oposto ao da luta de classe. A CUT, que se dizia defensora de um sindicalismo enraizado na base, livre do intervencionismo do Estado e com democracia interna, se burocratizou e tornou-se trampolim para o carreirismo eleitoral-parlamentar do PT. O que mostra que a política do reformismo petista é contra-revolucionária e expressa a defesa do capitalismo.

8. A agudização das contradições entre as forças produtivas potencializadas e as relações de produção e distribuição monopolizadas tem provocado crises cada vez mais constantes e profundas. A partilha do mundo pós-Segunda Guerra entre as potências vencedoras se mostra esgotada e acirram as guerras comerciais interimperialistas. As soluções imperialistas para as crises agravam a opressão nacional. Os planos neoliberais ditados pelo capital financeiro para os países semicoloniais, longe de amenizar os efeitos das contradições do sistema capitalista, potencializam a fome, o desemprego e empobrecem as nações semicoloniais. No Brasil, logo após o restabelecimento da democracia burguesa, o imperialismo impôs as medidas antinacionais e antipopulares. Mais de dez anos o país sofre com as reformas pró-imperialistas, que são descarregadas sobre a maioria nacional. A desnacionalização, a entrega das empresas estatais ao capital estrangeiro ou consorciado com o nacional, os cortes nos serviços públicos essenciais e a eliminação de conquistas sociais estão sendo impostos por governos abertamente pró-imperialistas ou tidos como reformistas, a exemplo do PT. Ao invés de resolver os desequilíbrios regionais, as desigualdades sociais e "modernizar" o país para ter "competitividade" como anunciavam os defensores das reformas neoliberais, o que vemos é o aumento da concentração de riqueza nas mãos de uma fração ultra-minoritária da população, o crescimento dos desequilíbrios internos, o domínio das oligarquias no Estado e uma participação extremamente reduzida do Brasil no mercado mundial. A dependência do capital financeiro externo e dos ditames das potências solapam a frágil soberania nacional e tornam o Brasil cada vez mais refém

dos acordos e contratos com o FMI e outras agências do capital imperialista.

9. A classe operária, os camponeses pobres e sem-terra e demais camadas oprimidas foram os que carregaram o peso do saque e das reformas pró-imperialistas. A destruição de milhões de postos de trabalho, o desemprego crescente, a eliminação de direitos elementares de proteção da força de trabalho, o arrocho salarial, os cortes de recursos à saúde, moradia, previdência e educação públicas e a privatização desses serviços foram as consequências dessas medidas sobre a maioria do povo. Os governos conseguiram implantar tais medidas porque contaram com a colaboração das burocracias sindicais. A Força Sindical apoiou abertamente as reformas e a CUT, com o seu sindicalismo propositivo de apoiar os pontos positivos e recusar pela via parlamentar os negativos, não esboçou uma resistência de massa. Ao contrário, trabalhou pela conciliação de classe. Ao mesmo tempo que bloqueou a luta de classe, a CUT foi se integrando nos organismos do Estado, eliminando traços da democracia operária e dependendo cada vez mais dos recursos de organismos estatais. A coesão da classe operária e a unidade com os setores explorados para enfrentar os governos e defender suas reivindicações não foram impulsionadas, prevaleceu o corporativismo das direções burocratizadas. Os governos e o patronato, centralizados em torno das medidas antinacionais e antitribaladoras, puderam derrotar os setores que saíram às ruas e realizaram greves heróicas. O movimento sem-terra, que ocupou latifúndios e colocou milhares de famílias nos acampamentos à beira das estradas, conta com uma direção vinculada ao PT ou a Igreja, o que impede ações mais radicalizadas contra a burguesia agrária. Mesmo assim, tem sido o setor dos oprimidos que mais enfrentou os proprietários rurais e os governos e o que mais sofreu a repressão por meio das milícias dos fazendeiros, da polícia e da Justiça. A independência dos organismos dos trabalhadores do Estado e seus governos e a derrota da burocracia sindical são essenciais para recuperar a força de classe do proletariado e dos explorados em geral. O que significa pôr em pé as frações revolucionárias no seio dos movimentos. O PSTU, que até ontem apoiou o PT e fez parte da CUT nesses mais de dez anos de

aplicação das reformas neoliberais, sentindo os efeitos da reforma sindical que fortalece a Central e restringe o poder dos sindicatos dirigidos por correntes de esquerda e necessitando manter-se no aparelho sindical, colocou-se pela desfiliação da CUT por meio da Conlutas. Trata-se de uma política que enfraquece a luta contra a burocracia e impede a recuperação dos sindicatos como meios auxiliares para a revolução proletária. Portanto, uma política aventureira que isola a vanguarda e deixa a maioria do proletariado e explorados à mercê da burocracia pró-governamental.

10. A chegada do PT no poder do Estado, as alianças eleitorais e os compromissos de manutenção dos acordos e contratos com os credores internacionais não permitiram o cumprimento de promessas de fim da fome, os milhões de empregos e a reforma agrária. Ao contrário, o governo PT/Lula se tornou refém do imperialismo. Mantém o superávit primário que é um brutal saque ao país, impõe a continuidade das reformas neoliberais – previdência, educação, sindical e trabalhista – usa a burocracia sindical para conter os instintos de classe dos trabalhadores, protege a burguesia agrária e multinacionais por meio do agronegócio, dos transgênicos e da política de exportações, favorece os monopólios através de subsídios e de uma legislação trabalhista repressiva e aceita o monitoramento das contas do Estado pelo FMI. A subserviência do PT/Lula às potências chega ao ponto de agir em favor dos imperialistas para garantir a ocupação do Haiti e de se calar diante do massacre dos Estados Unidos sobre o Iraque. O que mostra que qualquer concessão a esse governo, como faz a esquerda reformista e os estalinistas do PCdoB, significa concordar com o intervencionismo do imperialismo e com a manutenção de um sistema econômico em desagregação. A defesa das reivindicações elementares e a luta pelas tarefas democráticas (a exemplo da reforma agrária) une a maioria explorada contra o governo e a burocracia sindical. Isso permite levantar a bandeira da constituição de uma frente única antiimperialista, tendo como direção dos explorados a classe operária. A experiência com o reformismo deslocará parcela dos oprimidos para a necessidade de pôr em pé o partido revolucionário.

11. O Partido Operário Revolucionário (POR) foi criado em meados de 1989. Em janeiro de 1993, o POR aprovou o programa do partido. A formação do POR implicou a luta contra o PT, caracterizado como partido de massas eleitoral oposto a estratégia da revolução e ditadura proletárias. O POR atuou no interior do PT por um breve período e rompeu definitivamente com esse partido em março de 1990, pela impossibilidade de luta interna em torno do programa revolucionário e de combate à estratégia de integração ao Estado burguês. Nesses poucos anos de vida, o PT se mostra totalmente corrompido na política burguesa e refém dos ditames imperialistas. Para pôr em pé o POR, foi necessário mostrar o papel traidor dos partidos estalinistas, PCB e PCdoB. Esses partidos que defendiam a revolução democrático-burguesa, terminaram submissos à ordem capitalista e apoiando eleitoralmente candidaturas de partidos burgueses. O PCdoB se transformou no braço do reformismo petista e ocupa cargos de direção no governo do PT/Lula. O PCB se dividiu e uma de suas alas formou o PPS, inteiramente adaptado ao Estado capitalista. O POR enfrenta também as correntes que se reivindicam do trotskismo. O Trabalho e a Democracia Socialista permanecem no PT. A DS compõe o governo Lula, não guardando mais nada de seu passado de esquerda e o seguidismo do O Trabalho ao PT o coloca na contra-mão da tarefa da revolução proletária. O PSTU, que foi expulso do PT, não se coloca pela construção do partido-programa e atua iludindo parcela da vanguarda com vista à construção de um partido eleitoral à esquerda do PT. A luta programática contra essas correntes e a intervenção nos movimentos com o programa revolucionário permitirão ao POR se potencializar como partido da revolução proletária. Por isso, pôr em pé um partido dessa natureza requer construir o programa para a revolução brasileira, que pelo seu conteúdo só pode ser internacionalista. É parte da constituição do POR a formação política, instrumento necessário para a ação prática. O estudo da história de nosso país, que durou quase três anos, não se encerrou com esse ciclo, mas estará presente na nova etapa que iniciará no próximo ano com o estudo das revoluções ocorridas e que serviram de lições para a classe operária.

## “Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lênin)

Iniciamos no Massas 274 uma seção de formação política sobre os clássicos do marxismo. Apresentaremos extratos das obras, o que não substitui sua leitura integral, com a finalidade de destacar os conceitos ali formulados. Começamos pelo Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels de acordo com a resolução do Congresso da Liga dos Comunistas, de 1847, por ser o primeiro programa da classe operária e por se constituir num dos textos fundamentais do Socialismo Científico. Nos números 280 e 283, publicamos extratos do texto de Lênin, “O Estado e a Revolução”. A partir do número 284, publicamos extratos do livro “O imperialismo, fase superior do capitalismo”. Neste número daremos continuidade aos extratos do Programa de Transição, de Leon Trotsky, iniciado no Massas 290.

### 4 - Reivindicações Transitórias

A IV Internacional não repele as reivindicações do velho programa “mínimo”, na medida em que tenham conservado alguma vitalidade. Defende incansavelmente os direitos democráticos dos operários e as suas conquistas sociais. Mas orienta este trabalho de todos os dias no sentido de uma perspectiva correta, real, isto é, revolucionária. Na medida em que velhas reivindicações parciais “mínimas” das massas se chocam com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente - e isto produz-se a cada passo - a IV Internacional propõe um sistema de REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS cujo sentido é o de se dirigir cada vez mais aberta e resolutamente contra as próprias bases do regime burguês. O velho programa “mínimo” é constantemente superado pelo PROGRAMA DE TRANSIÇÃO cuja tarefa consiste numa mobilização sistemática das massas para a revolução proletária.

### 5 - A questão do partido mundial

Sob a bandeira da IV Internacional Os céticos perguntam: mas é chegado o momento de criar a IV Internacional? É impossível, dizem, criar uma Internacional “artificialmente”; somente grandes acontecimentos podem fazê-la surgir etc. Todas estas objeções demonstram somente que os céticos não servem para criar uma nova Internacional. Em

geral não servem para nada.

A IV Internacional surgiu já de grandes acontecimentos: as maiores derrotas do proletariado na História. A causa destas derrotas é a degenerescência e a traição da velha direção. A luta de classes não tolera interrupções. A Terceira Internacional após a Segunda, morreu para a revolução. Viva a IV Internacional!

Mas os cépticos não se calam: “Chegou já a altura de a proclamar?” A IV Internacional, responderemos, não tem necessidade de ser “proclamada”. EXISTE JÁ E LUTA. É fraca. Sim, as suas fileiras são ainda pouco numerosas, pois é ainda jovem. São até agora sobretudo quadros. Mas estes quadros são a única garantia do futuro que merece realmen-

te o nome de revolucionário. Se a nossa Internacional é ainda fraca em número, é já forte pela doutrina, o programa, a tradição, a tempera incomparável dos seus quadros. Que aquele que não vê isso hoje, permaneça ainda à parte. Amanhã será mais visível.

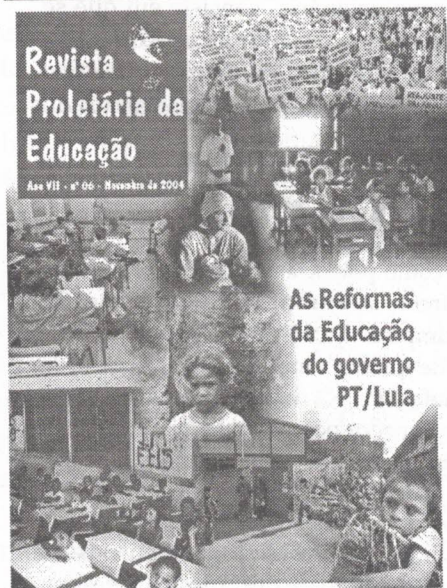
A IV Internacional goza desde já do ódio merecido dos estalinistas, dos social-democratas, dos liberais burgueses e dos fascistas. Não tem nem pode ter lugar em nenhuma das Frentes Populares. Opõe-se irredutivelmente a todos os grupos políticos apegados às saias da burguesia. A sua tarefa é a derrubada da dominação do capital. O seu fim é o socialismo. O seu método, é a revolução proletária.

Sem democracia interior, não há educação revolucionária, Sem disciplina, não há ação revolucionária. O regime interno da IV Internacional baseia-se nos princípios do centralismo democrático: liberdade completa de discussão, unidade completa na ação.

A crise atual da civilização humana é a crise da direção revolucionária. Os operários avançados reunidos no seio da IV Internacional mostram à sua classe a via para sair da crise. Propõem-lhe um programa fundado na experiência internacional emancipadora do proletariado e de todos os oprimidos em geral. Propõem-lhe uma bandeira sem mancha.

Operários e operárias de todos os países: agrupai-vos sob a bandeira da IV Internacional! É a bandeira da vossa vitória próxima!

**Adquira com o divulgador deste jornal:**



**Nesta edição:**

- Extratos das Obras Completas de G. Lora
- Bolívia: A inexistência da unidade nacional
- Onde encontrar a direção da revolução social que se aproxima?
- Sobre a esquerda reformista

**Artigos do Cerqui  
Comitê de Enlace  
pela Reconstrução  
da IV Internacional**



**Extratos das Obras Completas de G. Lora**

**TAREFAS DO CONGRESSO FABRIL  
BUROCRATIZAÇÃO E CONTROLE OPERÁRIO**

A burocratização é a síflis que ataca o movimento sindical. O fortalecimento do movimento revolucionário não pode ser consebido independentemente do fortalecimento dos organismos criados pelos operários em sua luta diária. Somente os traidores podem negar que a Central Operária Boliviana constitui a mais valiosa conquista para a maioria nacional. A degeneração dos dirigentes sindicais liquidou sua capacidade combativa e de direção. Os burocratas afirmam que toda crítica neste terreno tende a debilitar a COB e em seu desespero pregam que este tipo de crítica tende a destruir a organização popular. Nada mais falso. A defesa da COB tem que marchar intimamente ligada a mais severa crítica e à luta pela destruição da atual burocracia que a estrangula.

O novo ascenso das massas colocará em pauta a luta pela democratização das organizações sindicais. Os organismos sindicais têm de superar sua atual condi-

ção de agências governamentais para converterem-se em efetivas direções das massas. Este processo começa a se realizar, e continuará seguindo seu trajeto das bases até a cúpula. A democracia sindical pressupõem dois aspectos fundamentais:

1) O controle ativo da direção pelas bases, principalmente mediante a crítica dos atos da direção, a realização de congressos regulares e a eleição dessa direção;

2) A garantia de atuação de todas as tendências políticas operárias, dentro dos sindicatos. Isso pressupõe que nenhum operário possa ser perseguido ou levado ao desemprego como consequência de sua militância política e que a orientação do sindicato seja resolvida dentro da própria organização. A posição revolucionária consiste em que se lute para que os sindicatos se orientem para uma política revolucionária e não para convertê-lo em agências servis do

Poder Executivo e do Comitê Político do partido do governo. O atual controle operário não somente deve ser mantido, mas ampliado e superado. Devemos conquistar o controle operário em todas as fábricas.

O atual governo procura destruir completamente o controle operário, isso pode ser demonstrado pela forma como foi reorganizada a COMIBOL. A burocracia especula com o possível fracasso do controle operário em diferentes repartições, esquecendo que são as consequências das limitações que o governo impôs à tal conquista.

A defesa eficaz do controle operário não pode se relizar a menos que se consiga transformá-lo de individual em coletivo e se amplie sua ação, inclusive nos aspectos técnicos. A idéia central deve ser o submetimento da técnica à política revolucionária.

(Do "MASAS" n° 18, 21/08/1956)

**Extratos das Obras Completas de G. Lora  
BUROCRATIZAÇÃO DA COB**

Morta como Central Operária, a Confederação Sindical dos Trabalhadores da Bolívia, iniciou-se a modelar uma nova, de acordo com a maior proletarização do país. A manifestação concreta dessa tendência foi o Comitê Coordenador no ano de 1949, como consequência da necessidade de amortizar as aspirações econômicas de caráter geral da classe operária.

O Comitê Coordenador foi constituído com uma dupla tarefa: tornar mais efetiva as reivindicações de conquistas econômi-

cas; como potenciamento político para fazer frente ao avanço da Rosca em sua luta por impedir qualquer protesto pela situação de miséria sancionada pelo regime de Urriolagoitia. O duplo caráter do Comitê Coordenador ocorreu pelas circunstâncias da época: guerra civil, detenções, desterro dos dirigentes operários etc.

A unidade sindical surgida pelo próprio impulso das bases, aglutinou todas as forças dos setores operários. Ao desferir sua ação ofensiva contra o regime de Urri-

olagoitia, o Comitê foi duramente combatido e seus dirigentes foram expulsos do país. Nos momentos de pico de sua atividade, tomou um caráter político, colocando para sua direção a questão da tomada do poder. A palavra de ordem de: "Poder ao Comitê Coordenador" com a formação de um bureau político foi objeto de discussão no meio do amálgama de diferentes tendências políticas. Antes do 9 de abril, o Comitê Coordenador estava quase que sem direção. Depois da insurreição popu-

lar de 9 de abril, como consequência da tentativa anterior de unificar todos os setores de trabalhadores, se colocou novamente a necessidade de uma nova central de operários que abrangeeria todos os ramos de atividade nacional e, no calor da revolução triunfante, foi organizada efetivamente a COB. Ao nascer para a vida, apesar de sua procedência sindical, não deixou de levar desde seu início o selo político do MNR, canalizador do movimento operário nesse momento. Existe uma diferença entre o Comitê Coordenador e a COB. O primeiro nasceu como consequência de um impulso unificador das bases contra o regime político da rosca, a segunda foi criada no calor da insurreição triunfante, sobre as cinzas do regime de Ballivian. A sucessão foi efetiva mas o caráter da organização se modifica.

Nos primeiros anos, a COB teve representação direta das bases, que dominavam fazendo contra-peso às forças de esquerda e à política do MNR. O regime peque-

no-burguês não descuidou um só instante sua influência nesse organismo operário, a tendência dominante sempre foi o MNR. Todas as medidas conhecidas depois da insurreição foram levadas a cabo com a ativa participação e conhecimento desse organismo. Para os mineiros, ferroviários, operários industriais, camponeses etc., a COB constituía a sua garantia. A tal grau de importância chegou a COB que até foi considerada como segundo poder. Nos primeiros anos era quase corrente dizer que a COB exercia a dualidade de poderes, pois deste organismo saíram aparentemente ministros "operários" e os líderes de esquerda exigiam uma maior participação operária no gabinete pequeno-burguês. É preciso não perder de vista um detalhe importante: os ministros operários em nenhum momento surgiam ou expressavam a vontade da organização, mas eram acima de tudo militantes do MNR. Butron, Lechin, Torrez, Gomez Garcia etc. são ativos

movimentistas. Quando foram posteriormente substituídos por elementos de outros partidos e independentes, primeiro estes deveriam se incorporar ao MNR para poderem ser ministros. A mesma sorte tiveram os controles operários. O descenso após a insurreição permitiu a burocratização e a queda da COB que foi perdendo importância para as classes trabalhadoras. Paralelamente foram varridas as representações de esquerda. A COB foi estrangulada pela direção movimentista. O MNR encontrou um instrumento útil para seu domínio político.

Ao diminuir o calor insurrecional e o nível econômico a patamares inferiores ao padrão de vida anterior a 52 se recolocaram as bases sindicais. A contradição se fez patente: as aspirações das bases foram travadas por sua direção. Butron declarou ilegal uma greve operária que pedia aumento salarial.

(Do "MASAS" n° 19 08/09/1956)

## Bolívia:

# A inexistência da unidade nacional

O problema do destino do gás pôs a nu mais um aspecto da condição de país capitalista atrasado da Bolívia: a inexistência da unidade nacional. O país nunca pôde se estruturar como uma nação. O capital financeiro penetrou no país como força invasora, condenando-nos ao papel de produtores de matéria-prima, subordinados a seus interesses e impossibilitando o desenvolvimento harmônico da economia nacional.

Na Bolívia, o Estado unitário se assenta sobre opressão, por mais de quinhentos anos, das nações indígenas aymaras, quechuas e tupis-guaranis pela burguesia nativa brancóide subordinada culturalmente e economicamente ao imperialismo, particularmente ao ianque.

A Bolívia não pôde desenvolver harmonicamente sua economia, não existe um amplo mercado interno que permita o desenvolvimento de uma economia articulada entre as suas distintas regiões. É um país desmembrado, nem tem uma malha viária que interconecte a todas as regiões do país. O eixo da economia nacional é aquele que está ligado ao mercado mundial como provedor de matérias-primas. Desde a colônia, e depois por mais 50 anos de vida republicana, o eixo foi a exploração de minerais no ocidente andino do país. A imagem da Bolívia andina não foi uma imagem de prosperidade, mas uma alego-

ria da exploração capitalista: mineiros tuberculosos e rebeldes, produzindo uma riqueza que vai parar em bolsos alheios num agreste e triste cenário altiplânico de miséria e atraso.

Quão longe estão as regiões e as nações indígenas, imersas no atraso pré-capitalista, divididas numa infinidade de comunidades, cada uma delas buscando sua própria identidade através de seus traços distintos (vestimenta, música, costumes etc.) dessa ficção chamada Bolívia (os chaquenos nem querem saber de compartilhar regalias com os da província de O'Connor). Com a quebra das minas, a economia do país se volta para o oriente e para o sul, onde existem importantes reservas de gás natural entregues pela burguesia nativa para o controle das indústrias multinacionais. As oligarquias regionais, certamente provincianas, longe de reclamarem para si a tarefa de articular e desenvolver a economia nacional, agitam as velhas tendências centrífugas regionalistas, proclamando que chegou a hora de que as regiões, antes postergadas pelo centralismo burguês, desfrutem agora, somente elas, dos benefícios da exploração do gás pelas empresas multinacionais.

Pela boca dos Comitês Cívicos de Santa Cruz e de Tarija; das Federações de Empresários Privados e do Governo Mesa, a burguesia nativa sai na frente ante a pressão das massas oprimidas e exploradas que lu-

tam para recuperar os recursos naturais da mão do imperialismo. Não concebem a Bolívia a não ser como um apêndice do imperialismo; qualquer coisa que afete o investimento estrangeiro e já dizem que é "inviável ao país".

A maior miséria no país se concentra no ocidente. Da exploração secular do minério só sobrou a miséria e o atraso. Não é casual que o mais avançado da consciência revolucionária do proletariado tenha amadurecido nesta experiência e agora surja da mais profunda das massas exploradas como exigência de recuperação dos recursos naturais para benefício do país em seu conjunto.

Coisa que só será possível no Estado Operário, que destruirá a propriedade privada burguesa e imperialista, instaurará a propriedade coletiva dos meios de produção, enfrentará as consequências da repressão imperialista apoiando-se na luta do proletariado internacional para expandir a revolução por todo o continente, recuperará a totalidade da terra para os camponeses organizando-os em grandes unidades produtivas coletivas modernas e acabará com a opressão das nações indígenas reconhecendo seu direito a autodeterminação.

(Extraído do "Masas" boliviano n° 1925, de 05/11/2004)

**Bolívia:**

## Onde encontrar a direção da revolução social que se aproxima?

Devemos descartar desse papel as atuais direções burocratizadas da COB, de outras confederações e federações, pois não representam a vontade das bases e porque seguem identificando-se com o governo burguês, com a burguesia, com as grandes empresas, enfim com a patronal.

É a consequência da atitude de elementos não politizados que, ao chegarem às direções sindicais, entregam-se de corpo e alma ao empresariado e aos governos burgueses, o que leva à sua total separação das bases operárias. Os burocratas acomodam-se às exigências de governantes e patrões, passando a trair os trabalhadores.

Devemos ressaltar que o proletariado (por não ser dono dos meios de produção e que vende sua força de trabalho em troca de um salário) é instin-

tivamente comunista.

Por isso, nos momentos de convulsão social, aparecem freqüentemente realizações comunistas indiscutíveis, como quando os grevistas ocupam seus postos de trabalho, ou tomam em suas mãos a direção da vida de seus locais de moradia, passando por cima das autoridades etc.

Nesse momento, nos encontramos diante de um fenômeno de grande importância que pode nos ajudar a assinalar qual o caminho que as massas bolivianas percorrerão. Várias vezes as massas radicalizadas (quando as empresas jornalísticas não conseguem determinar seus dirigentes) surpreenderam, executando ações de destruição da grande propriedade privada, de instalações governamentais, julgando os proprietários e executando

suas decisões (realizam ações como se fossem governo).

Essa é a base política revolucionária, que permanece como tradição no seio das massas populares e que se materializa quando radicalizam.

A verdade é que, assim que saem às ruas, alguns se tornam visíveis e se incorporam ao movimento sugerindo como atuar, outros se concentram ao redor dos primeiros, essa é a direção natural que canaliza o impulso instintivo.

Poderá acontecer outra coisa semelhante, com uma diferença que esse elemento se incorpore como dirigente, podendo se tornar inclusive um militante porista. Essa direção será a cabeça que guiará as massas em luta.

(extraído do "Masas" boliviano nº 1928, de 26/11/2004)

**Oruro/Bolívia:**

## Sobre a esquerda reformista

Na política nacional, assim como na política universitária, existe uma tarefa fundamental: a de denunciar a falsa esquerda, aquela que semeia o confucionismo entre as massas, orientando-as para a farsa eleitoral ou para a solução legal de seus problemas, desviando-as de seu objetivo, assim como de seus métodos de luta, fazendo os movimentos terminarem de fracasso em fracasso. A identificação dessas correntes como inimigas dos explorados é mais importante que a arremetida contra a própria direita, visto que esta é mais fácil de ser identificada. Não é por acaso que a atuação do MAS, MIP, PS e tantas outras siglas que, cobertas com a epigrafe de "progressistas", desviam as massas do caminho da luta pelas suas necessidades básicas através da ação direta, orientando-as ao diálogo e ao reformismo, abandonando-as assim na incerteza, quando não na frustração de seus objetivos, reduzindo notavelmente a confi-

ança e disposição das massas para a luta e que terminem, de fato, somadas à política burguesa. Sem questionar a própria base de sua desgraça, que é a própria base da produção capitalista.

Uma situação semelhante ocorre ultimamente na universidade. No último conflito na UTO, observamos uma infinidade de grupos de esquerda, alguns até se autodenominando trotskistas. Em todos eles são comuns três coisas: sua marcada posição anti-porista (apesar de que isso não os impede de usar postulados e consignas poristas); seu extremo oportunismo (apresentam todos os movimentos como suas obras) e sua medíocre formação teórica (deformam, omitem, difamam e atribuem para si posições teóricas). Todos esses grupos não pararam, nem quando puderam, de proclamar o advento da Revolução Universitária como inevitável, ainda que fosse notável a ausência das bases no conflito, evidência ante aos que não fizeram

nada e que procuraram substituí-la pela entrega "revolucionária" de poucos (eles mesmos) dispostos a entregar a sua vida e levar a luta até o final. Seu infantilismo esquerdista empurrou-os a pretender substituir a presença objetiva das bases com sua subjetiva "entrega" para empenhar-se na continuação de coisas pequenas, insustentáveis, deixando de lado o objetivo central da Reforma: colocar a Universidade a serviço da Revolução e Ditadura Proletárias. Sua presença e "atuação" debilitou, desorientou e, de alguma forma concluiu na derrota do conflito. É preciso, por isso, varrer com essas coisas e a única forma de fazê-lo é pondo em prática nossos postulados teóricos. A realidade é quem tem a última palavra e é ela quem vai tirá-los de circulação definitivamente, mas para isso será necessário que transformemos a realidade.

(Extraído do "Masas" boliviano nº 1926, de 12/11/2004)